

Relatório Público
2008



marcação
topográfica



Comissão Pró-Índio
de São Paulo



Relatório Público 2008

30 Anos de Comissão Pró-Índio de São Paulo

Em 2008, a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) completou 30 anos de existência. Uma trajetória de muitas realizações, conquistadas graças ao apoio de seus associados e associadas, bem como de colaboradores, organizações parceiras e agências de cooperação.

Nesses 30 anos, a CPI-SP soube renovar objetivos e estratégias de ação, visando adequar-se às mudanças conjunturais e atender aos novos desafios, mantendo-se fiel a sua missão e aos seus princípios.

Apesar das persistentes dificuldades em termos de sustentabilidade financeira, no ano de 2008, mais uma vez, a Comissão Pró-Índio de São Paulo conseguiu contornar a crise e dar continuidade a sua missão de trabalhar junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, políticos e culturais, e contribuir com o fortalecimento da democracia em nosso país.

Fiel ao seu princípio de assegurar a sua transparência, a CPI-SP publica mais esse Relatório Público onde apresenta as principais atividades realizadas no ano de 2008 e um resumo das suas receitas e despesas.

As demonstrações contábeis, os balanços patrimoniais e os procedimentos administrativos da CPI-SP são anualmente submetidos à auditoria externa. O parecer da auditoria pode ser consultado em nosso sítio eletrônico: www.cpis.org.br

Lúcia M. M. de Andrade
Coordenadora Executiva

Monitoramento: Direitos Territoriais

Terras Guarani do Sul e Sudeste

Nas regiões Sul e Sudeste do Brasil estão localizadas 109 terras Guarani sendo 96 com população exclusiva Guarani e 13 com população Guarani, Kaingang, Xokleng e Xetá. Apenas 24 desses territórios encontram-se homologados sem qualquer pendência.

Em todos estados do Sul e Sudeste com presença Guarani há ocorrência de disputas envolvendo os territórios indígenas, inclusive em áreas já regularizadas. Em fevereiro de 2009, a CPI-SP tinha informação de disputas envolvendo 53 terras Guarani, ou seja, quase a metade dos territórios localizados nessa região.

Parte significativa de tais disputas resulta em ações judiciais. A CPI-SP identificou 83 ações judiciais em curso em 2008, envolvendo pelo menos 44 terras Guarani do Sul e Sudeste. Desse total, 40 ações foram propostas em defesa dos direitos dos índios, enquanto 43 são contrárias. As ações correm em diferentes instâncias do Poder Judiciário, até mesmo no Supremo Tribunal Federal (STF). Aguardam julgamento no STF ações envolvendo a TI Ibirama La-Klãnô (habitada pelos Guarani, Kaingang e Xokleng) e TI Nonoai (habitada por Guarani e Kaingang).

A atuação da CPI-SP

A realidade dos povos indígenas do Sul e Sudeste do país é ainda pouco conhecida e compreendida e sua identidade étnica é frequentemente questionada. O monitoramento realizado pela CPI-SP busca dar visibilidade a essa realidade, ampliar a solidariedade ao povo Guarani, além de disponibilizar aos índios e seus parceiros subsídios para atuarem na defesa de direitos.

Em 2008, a CPI-SP deu continuidade ao programa que se desenvolve por meio de três linhas de pesquisa:

- ♦ regularização fundiária - acompanhamento da evolução de 30 processos administrativos de demarcação.
- ♦ ações judiciais – levantamento e monitoramento das 83 ações judiciais envolvendo disputas por terras Guarani.
- ♦ conflitos - identificação e monitoramento das principais pressões que ameaçam as terras Guarani (62 situações de risco envolvendo 53 terras).

Os resultados da pesquisa foram consolidados e disponibilizados para lideranças Guarani do estado de São Paulo em oficina promovida pela CPI-SP em outubro de 2008. O documento de análise foi distribuído também para entidades indigenistas, pesquisadores e Procuradores da República. A partir de 2009, a divulgação será significativamente ampliada com a criação de um hotsite no sítio eletrônico da CPI-SP que permitirá o amplo acesso aos resultados do monitoramento.

Terras quilombolas no Brasil

O monitoramento da CPI-SP aponta que o governo federal continua na rota do retrocesso. Nenhuma terra quilombola foi titulada pelo Incra em 2008. Trata-se de uma performance ainda pior que a do ano de 2007, quando o governo federal entregou apenas dois títulos. Até o momento, apenas seis titulações foram efetivadas durante o governo Lula.

No final do ano passado, 380 dos 600 processos abertos pelo Incra tinham recebido apenas um número de protocolo, ou seja, não percorreram nenhuma das etapas do processo de regularização.

Em 2008, apenas dez portarias de reconhecimento de terras quilombolas foram assinadas pelo presidente do Incra. E somente 19 relatórios técnicos de identificação e delimitação foram publicados, sendo seis deles republicações de anos anteriores.

O placar das titulações em 2008 só não foi pior graças aos títulos concedidos pelos governos dos estados do Pará, Piauí e Maranhão a 23 comunidades quilombolas. Com mais essas titulações, o total de comunidades quilombolas com terras regularizadas subiu para 159 - apenas 5% do total de 3 mil comunidades que se estima no país.

A atuação da CPI-SP

Em 2008, a CPI-SP deu continuidade ao seu programa de monitoramento que já é referência como fonte de informações sobre a evolução dos direitos territoriais das comunidades quilombolas no Brasil.

A CPI-SP acompanhou o andamento dos procedimentos administrativos no Incra (600 processos) e das ações judiciais envolvendo terras quilombolas (143 ações envolvendo 62 terras). Monitorou ainda a evolução da legislação federal e estadual sobre a matéria.

Os resultados da pesquisa foram consolidados e disponibilizados no site da CPI-SP. Os dados do monitoramento subsidiam também o Terra de Quilombo, publicação impressa distribuída para quilombolas de diversas regiões do país. Em 2008, foram produzidas duas edições da publicação.



Quilombolas: Direitos Ameaçados

O ano de 2008 foi marcado pelas discussões envolvendo a alteração das normas do Incra para a regulamentação do processo de titulação das terras quilombolas. Conforme foi amplamente denunciado pelos quilombolas e seus parceiros, a mudança teve como objetivo maior contemporizar com os interesses de grupos econômicos e de parlamentares da base aliada do governo que questionaram na imprensa, no judiciário e no legislativo a legitimidade dos direitos quilombolas.

No entanto, os reiterados protestos não foram capazes de impedir o retrocesso. Em 1º de outubro foi publicada a Instrução Normativa Incra nº 49/2008 que oficializou os novos procedimentos.

A nova norma traz uma série de obstáculos burocráticos que praticamente inviabilizarão as titulações. É o caso das novas exigências para os relatórios de identificação das terras de quilombos. A nova instrução imputa ao relatório um alto grau de detalhamento que não se justifica em um documento para tal finalidade e que estaria mais adequado à pesquisa acadêmica. Além de tornar o processo de titulação mais moroso, as exigências introduzidas pela nova norma representarão um desperdício de tempo e dinheiro público.

O direito à autoidentificação também foi atingido, uma vez que a nova norma condiciona o início do processo de titulação à Certidão de Registro no “Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos” da Fundação Cultural Palmares. Trata-se de claro desrespeito ao critério da “consciência de sua identidade”, estabelecido na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) como definidor do pertencimento étnico.

A atuação da CPI-SP

A CPI-SP participou ativamente da articulação que envolveu a CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, organizações quilombolas estaduais e ONGs na denúncia das reais motivações que levaram à mudança da norma bem como na busca de impedir o retrocesso. Contribuiu com a elaboração de notas públicas, produziu subsídios e assessorou a CONAQ na consulta convocada pela Advocacia Geral da União, juntamente com outras entidades parceiras.

Quando da publicação da IN 49/2008, a CPI-SP lançou nota de protesto e divulgou em seu site análise sobre as implicações das novas regras. Também atualizou o Caminho da Titulação, que explica de forma didática os procedimentos para identificação e regularização das terras de quilombo e que pode ser consultado em <www.cpis.org.br/terras>.

Assessoria

A CPI-SP mantém uma antiga e sólida parceria com Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e a Malungu - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará que remonta ao período de criação dessas organizações em, respectivamente, 1989 e 1999. A parceria inclui, entre outras atividades, o apoio no fortalecimento organizacional e na promoção de ações de incidência.

ARQMO – Campanha contra concessão florestal

A CPI-SP apoiou a campanha da ARQMO contra a concessão da Floresta Nacional Saracá- Taquera aberta pelo Serviço Florestal Brasileiro em julho de 2008 cujo plano inicial previa a utilização de terras ocupadas por 12 comunidades quilombolas.

Além de exigir respeito pelos seus direitos territoriais, a ARQMO protestou pela ausência de consulta prévia nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e a inexistência de estudos para avaliar qual seria o impacto da exploração da Flona para as comunidades quilombolas que lá moram. Na sua reivindicação a ARQMO contou também com o apoio do Ministério Público Federal.

Após os protestos públicos, campanhas de cartas e muitas reuniões, a ARQMO conseguiu que o Serviço Florestal Brasileiro revisse o plano original e retirasse da área de concessão as terras ocupadas pelos quilombolas.

Conseguiu também um compromisso formal do presidente do Incra de que no ano de 2009 o órgão concluirá os relatórios técnicos de identificação e delimitação das três áreas quilombolas incidentes na Flona Saracá-Taquera e na Reserva Biológica do Rio Trombetas.

Malungu – Fortalecendo a organização quilombola no Pará

No ano de 2008, a Malungu teve uma agenda intensa de mobilização de suas bases a partir do processo de revisão de seu estatuto e de criação das coordenações regionais. Com diversas assembleias, encontros e capacitações a Malungu mobilizou ao longo do ano cerca de 400 quilombolas. Além disso, a entidade conseguiu estruturar um escritório próprio em Belém.

A CPI-SP assessorou o processo de definição do plano de ação da Malungu para o ano de 2008 bem como contribuiu com o monitoramento de sua execução. Apoiou também o processo de discussão e definição do novo estatuto da Malungu e, posteriormente, produziu uma edição de bolso do estatuto para a sua ampla divulgação junto às comunidades. Assessorou ainda as discussões do II Encontro Estadual dos Quilombolas do Pará (Belém, março/2008) e a Assembleia Geral da Malungu (Belém, setembro/2008).



Pela Plena Aplicação da Convenção 169 da OIT

A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) vigora no Brasil desde 2003. No entanto, é possível identificar seguidos casos de não observância do tratado internacional. Entre as ações da CPI-SP em 2008, destacaram-se as iniciativas visando tornar a Convenção 169 melhor conhecida e exigir sua efetiva aplicação no Brasil.

Informe alternativo para a OIT

Em 2008, a CPI-SP participou da articulação que denunciou junto a OIT o descumprimento da Convenção 169. O informe subscrito por dez organizações quilombolas e 12 organizações não-governamentais foi protocolado em setembro por meio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e com o apoio da Confederação Sindical das Américas.

A iniciativa procurou ser um contraponto ao relatório que o governo brasileiro apresentou ao Comitê de Especialistas sobre a Aplicação das Convenções e Recomendações da OIT em cumprimento à determinação de informar periodicamente sobre a aplicação da convenção no país.

A comunicação da sociedade civil cita como um dos exemplos de não observância das disposições da Convenção 169 a inexistência de um mecanismo que garanta a consulta prévia aos povos interessados sempre que se tenha em vista medidas legislativas ou administrativas capazes de afetá-los diretamente.

O documento aponta também que o governo brasileiro vem falhando na garantia dos direitos territoriais, assegurados no tratado internacional. Evidencia-se o declínio tanto na efetiva titulação de terras de comunidades quilombolas quanto na evolução de procedimentos administrativos de regularização dessas áreas.

Acesse a comunicação:
<www.cpis.org.br/acoes/html/artigos.aspx>.

Seminário: Oportunidades e desafios para a implementação da Convenção 169 da OIT

A Comissão Pró-Índio de São Paulo e o Instituto Socioambiental promoveram no mês de novembro, em Brasília, o seminário que teve por objetivo refletir sobre desafios e oportunidades para a implementação da Convenção 169 da OIT no Brasil. O evento reuniu índios, quilombolas e representantes do Ministério Público Federal, do governo, do Congresso e de ONGs.

No seminário, convidados brasileiros e estrangeiros debateram sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT na América Latina com especial atenção ao tema da consulta livre, prévia e informada. As experiências de consulta prévia no Equador, Guatemala, Bolívia, Colômbia e Peru puderam ser conhecidas e debatidas.

Entre os palestrantes, o seminário contou com a presença da senadora Marina Silva que anunciou sua disposição de apresentar um projeto de resolução no Congresso visando incorporar o procedimento de consulta prévia na tramitação de matérias que afetem direta ou indiretamente os povos indígenas e as comunidades tribais.

Terra de Quilombo sobre a C 169

A edição quatro do Terra de Quilombo foi dedicada à Convenção 169 da OIT. A edição explicou o que é uma convenção internacional, a OIT, o conteúdo da Convenção 169 e os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro ao ratificar o tratado. A publicação foi distribuída para quilombolas de diversas regiões do país.

Acesse em: <www.cisp.org.br/terras/html/boletim.asp>.



Formação

Em 2008, a Comissão Pró-Índio de São Paulo deu continuidade à promoção de atividades de formação que visam ampliar a capacidade de incidência em políticas públicas, especialmente as relacionadas à garantia dos direitos territoriais.

Oficina: Jovens quilombolas e a luta pela terra

Em abril, a CPI-SP em parceria com a Malungu - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará promoveu a segunda etapa do programa de formação de jovens quilombolas paraenses. A oficina realizada em Belém contou com a participação de 14 jovens de diferentes regiões do estado.

O segundo encontro teve por objetivos: avaliar a experiência dos jovens que ficaram responsáveis por multiplicar os conhecimentos nas suas comunidades; esclarecer dúvidas sobre o processo de titulação; possibilitar um maior conhecimento sobre a Malungu e definir uma agenda de trabalho para divulgar a Malungu nas comunidades.

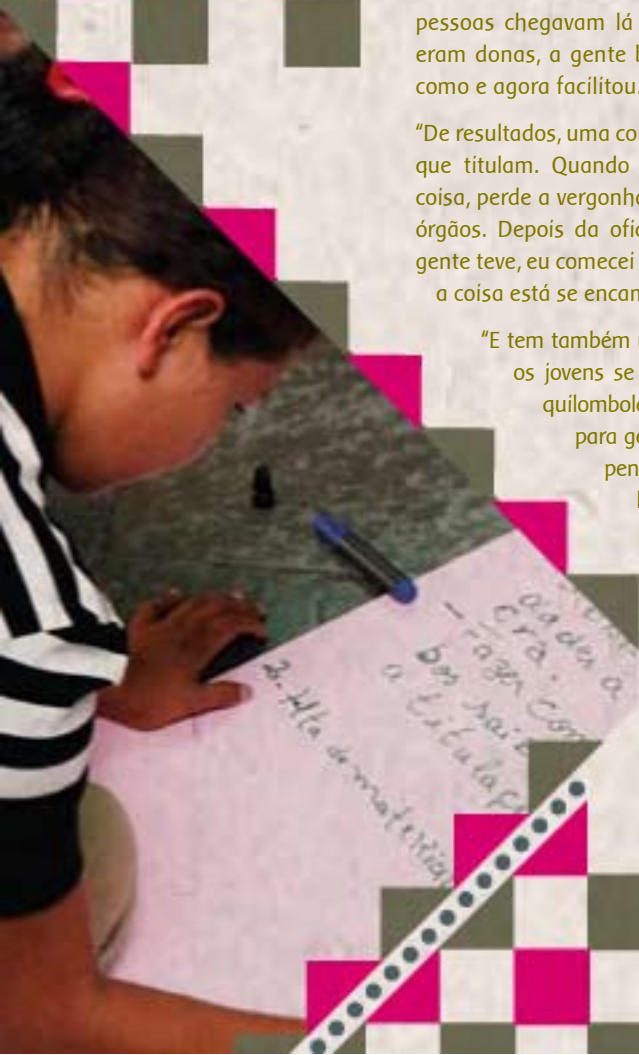
A experiência de multiplicação dos conhecimentos foi avaliada muito positivamente. No período entre a primeira oficina (agosto de 2007) e a segunda (abril de 2008), os participantes organizaram reuniões em 21 comunidades que mobilizaram 578 pessoas. Os resultados desse esforço foram também avaliados na oficina:

"Lá na minha comunidade ajudou muito porque as pessoas chegavam lá com documentos, diziam que eram donas, a gente brigava, mas não sabia direito como e agora facilitou."

"De resultados, uma coisa boa foi reunir com os órgãos que titulam. Quando você tem o conhecimento da coisa, perde a vergonha de falar com o pessoal desses órgãos. Depois da oficina, com a experiência que a gente teve, eu comecei a falar com eles. A gente vê que a coisa está se encaminhando um pouco."

"E tem também uma coisa boa que foi fazer que os jovens se interessassem pelo movimento quilombola. Muitos vieram fazer perguntas para gente sobre a oficina. Primeiro eu pensei que fosse só por causa do hotel, essas coisas. Mas depois eu vi que não e que eles estavam interessados mesmo."

Com essa etapa foi concluída a formação da primeira turma de multiplicadores que assumiram o compromisso de ajudar as suas comunidades e a Malungu na luta pela garantia dos direitos dos quilombolas do Pará.





Oficina: Direitos territoriais das comunidades Guarani do Sul e Sudeste do Brasil

"[...] na questão da terra Raposa Serra do Sol, chegar na última instância na justiça, então isso os mais velhos debatem, por que que chega? Por que foi até lá? Como que chegou até lá? Por quê? E a lei? E a constituição como é que fica? Então é uma questão que os mais velhos, e até mesmo para nós mesmos, é um desafio muito grande. Por isso a entidade, a Comissão Pró-Índio promovendo isso, então é um momento importante, um momento que é para refletir, enfim para ver os desafios, então isso para mim é importantíssimo" - Leonardo, Aldeia Morro dos Cavalos (SC).

A oficina realizada no mês de outubro, na cidade de Santos, reuniu 13 jovens e 14 lideranças de 15 aldeias Guarani de São Paulo. Contou com a participação também de uma liderança Guarani da Aldeia Morro dos Cavalos (Santa Catarina) que integra a direção da Comissão Nacional de Terra Guarani Yvy Rupa.

O evento possibilitou aos participantes a oportunidade de aprender conceitos básicos relacionados aos processos judiciais que estão cada vez mais presentes nas disputas envolvendo os territórios indígenas. Foi possível, assim, compreender melhor os questionamentos em curso no Judiciário. Na oficina foi apresentado também o panorama geral da situação das terras Guarani do Sul e Sudeste levantado pela CPI-SP em seu programa de monitoramento.



Programa Direito a Terra, Água e Território

A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma das organizações que aceitou o desafio posto pela Aliança ICCO e assumiu o compromisso de construir e atuar na perspectiva do enfoque programático e da responsabilidade compartilhada.

Em 2008, foram delineados os objetivos, prioridades e estratégias do programa, denominado "Direito a Terra, Água e Território" (DTAT) que reúne 13 parceiras no Brasil dedicadas a apoiar grupos marginalizados na defesa e conquista de seus direitos.

A prioridade do DTAT em 2008 foi a qualificação das estratégias de comunicação e advocacy de seus membros para ampliar a sua capacidade de influenciar a opinião pública, incidir em decisões políticas e fortalecer a base social de apoio na sociedade. Também elegeu entre as ações prioritárias impulsionar uma campanha de lobby e advocacy para a plena efetivação da Convenção 169 da OIT no Brasil.

Em 2008, a contribuição da CPI-SP ao programa DTAT concretizou-se por meio da participação no colegiado de coordenação do programa juntamente com ICCO e Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE); da promoção do seminário "Oportunidades e Desafios para a Implementação da Convenção 169 da OIT" em parceria com o Instituto Socioambiental; e da organização do seminário "Advocacy e Comunicação na Agenda Pública e Ação Política das ONGs".

Organizações Integrantes do DTAT

- ICCO – Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento
- Centro de Cultura Negra do Maranhão
- Coordenadoria Ecumênica de Serviço
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- Comissão Pró-Índio de São Paulo
- Comissão Pastoral da Terra de Roraima
- Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
- Instituto Socioambiental
- Instituto Terramar
- Malungu - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará
- Movimento Sem Terra
- Plataforma DhESCA
- Rede Social
- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos.

Seminário: Advocacy e comunicação na agenda pública e ação política das ONGs

A CPI-SP foi a organização responsável pela organização do seminário do Programa DTAT que teve por objetivo contribuir com o fortalecimento das capacidades em comunicação e advocacy das organizações integrantes do programa.

Realizado nos dias 26 a 28 de novembro, na cidade de São Paulo, o evento contou com a participação dos parceiros do DTAT, convidados de outras organizações e especialistas que relataram os aprendizados e as dificuldades na organização de campanhas de incidência, na relação com a imprensa e com agências de publicidade.



Informe Financeiro

ENTRADAS

ORIGEM DOS RECURSOS	REAIS
Doações	795.846
CAFOD	165.392
CESE	3.200
Christian Aid	31.383
DKA Áustria	27.587
Fundação Ford	40.250
OXFAM	24.997
ICCO	401.380
Programa DTAT- ICCO/CESE	68.875
União Européia	32.782
Receitas Financeiras	30.091
Recursos Próprios	5.865
TOTAL GERAL	831.802

DESPESAS

TIPO DE DESPESA	REAIS
Programas	370.964
Povos Indígenas	54.072
Comunidades Quilombolas	173.110
Desenvolvimento Institucional	21.361
Encontro Parceiros da CAFOD	65.234
Seminário Advocacy – Programa DTAT	57.187
Gestão	329.044
Auditoria Externa	4.000
TOTAL	704.008

FINANCIADORES

CAFOD
just one world



FORD FOUNDATION



Conselho Diretor (mandato 2007/2009)

Carlos Fernando da Rocha Medeiros
Flávio Jorge Rodrigues da Silva
Glenn Ross Switkes
Lúcia Helena Vitalli Rangel

Conselho Consultivo (mandato 2007/2009)

Alain Charles Edouard Moreau
Dalmo de Abreu Dallari
Eurípides Antônio Funes
Girolamo Domenico Treccani
Lux Boelitz Vidal
Manuel Mindlin Lafer
Orlando Sampaio Silva

Coordenadora Executiva

Lúcia M. M. de Andrade

Assistente de Coordenação

Carolina Kaori Ikama Bellinger

Equipe de Programas

Ana Carolina Chasin
Daniela Carolina Perutti
Selma Aparecida Gomes
Bruno Martins Morais (estagiário)

Equipe Administrativa

Lourival dos Santos Souza
Luciano Evangelista Filho
Renata Elaine da Silva Bezerra (estagiária)



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

Rua Padre Carvalho, 175
São Paulo • SP • 05427-100
Tel./fax (11) 3518.8961 / 3814.7228
endereço eletrônico: cpisp@cpisp.org.br
site eletrônico: www.cpisp.org.sp





Comissão Pró-Índio
de São Paulo

“O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade da CPI-SP, não devendo, em circunstância alguma, ser tomado como expressão dos pontos de vista da CAFOD, CESE, Christian Aid, DKA Áustria, Fundação Ford, OXFAM, ICCO e União Européia”

Projeto gráfico  Irmãs de criação

Fotos Carlos Penteadó



Esse documento
foi impresso
em papel reciclado



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

Rua Padre Carvalho, 175
São Paulo - SP - Brasil - 05427-100